

RUI E A PÓS-MODERNIDADE

LUIZ CARLOS FONTES DE ALENCAR*

Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça

A intemporalidade das lições de Rui Barbosa é facilmente verificável por quem se volte a estudar o quanto expôs em escritos de jornal; arrazoados forenses e conferencias que pronunciou; nas orações parlamentares e judiciárias; nos discursos ao Povo. Enfim, pode-se dizer que a sua palavra chega ao remate do século XX avançando sobre a pós-modernidade, que é aquele entretempo de que fala Leonardo Boff em *A voz do arco-íris*:

"Não estamos mais no tempo de ontem. Nem totalmente no tempo de hoje. Estamos no entretempo: o antigo não acabou de morrer e o novo não acabou de nascer."

Creio mesmo que os valores que tão alto levantou - Liberdade e Justiça -, em seu falar elegante - e por vezes contundente, segundo a necessidade da hora, - sobreexcederá esse tempo intermédio.

O seu apostolado cívico celebrou-o João Mangabeira nos idos de 1943, assim:

É ao homem de Estado que, acima de todos, entranhou em nosso peito, acendeu em nosso espírito, imprimiu em nossas consciências o amor do Direito, da Justiça e da Liberdade. E tudo isso, por entre lutas e lutas, no curso de um apostolado de mais de cinquenta anos, sem descanso.

E, como todo apostolado, raramente bafejado pela fortuna, e quase sempre açoitado pelos reveses. Irradiante, bem verdade, como todo apostolado, mas rara vez na coroa do triunfo e quase sempre no resplendor do sacrifício. É o que uma vez ressumbrava de sua alma, na suavidade ressentida destas palavras merencórias:

'Os frutos de minha vida foram escassos e tristes, bem que seus ideais tenham sido belos e grandes.'

(...)

É este vulto, sem par em nossa historia, que vive e vivera eterno na lembrança, no amor, na admiração do povo brasileiro. E para o seu espírito que nos volvemos nestas horas de procela, em que o direito, a democracia e a liberdade parecem que se obumbram....

O certo é que atendeu a rogos que lhe chegavam de todos os quadrantes do País para defender a liberdade; e mesmo por ela pugnou, não poucas vezes, impede lido simplesmente pelos ditames de sua consciência, em juízo ou fora dele, com ou sem mandato daquele a quem servia o seu esforço, como ao sustentar o *habeas corpus* que requerera em prol do Senador João Cordeiro e outros políticos, quase ao crepúsculo do Oitocentos, dissera aos julgadores do Superior Tribunal Federal:

Eis, Srs. Juízes, de onde resulta a suprema importância do *habeas corpus* entre as nações livres. As outras garantias individuais contra a pfepotencia são faculdades do ofendido. Esta é dever de todos pela defesa comum. E af est'a poV-que ela abre essa exceção singular as leis do processo. Ninguém pode advogar sem procuração a causa de outrem. Para valer, porém, a liberdade seqüestrada, não há instrumento de poderes que exhibir: o mandato é universal; todos o recebem da Lei; para O exercer validamente, basta estar no país.

(...)

Patrono da lei, e não da pane, e por isso que me não tendes o direito de perguntar pela outorga dos interessados; ... (...).

Em 1911, no discurso de iniciação no Instituto dos Advogados do Brasil, Rui Barbosa abriu o seu coração - como disse ele próprio - aos venturosos ouvintes:

Vinte anos há que me eu mato, clamando aos meus concidadãos contra a imoralidade e a baixeza da força, a, apostolando-lhes a nobreza e a santidade da Lei. Toda a existência do nosso regime se tem consumido nesse



incessante conflito entre o princípio do bem e o do mal, com a prevalência, por derradeiro, do princípio do mal sobre o do bem. O meu papel, nessa fase histórica, espelha dia a dia essa luta. Outra coisa não sou eu, se alguma coisa tenho sido, senão o mais irreconciliável inimigo do governo do mundo pela violência, o mais fervoroso predicante do governo do homem pelas leis.

Nessa peça oratória, que merece ampla difusão ainda hoje, sobretudo entre os moços dos cursos jurídicos, fez o elogio da palavra:

Os governos arbitrários não se acomodam com a autonomia da toga, nem com a independência dos juristas, porque esses governos vivem rasteiramente da mediocridade, da adulação, da mentira, da injustiça, da crueldade, da desonra. A palavra os aborrece; porque a palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade.

E nitidizou, na ocasião, um autoperfil:

Quem foi, senão um governo militar, o que, entre nós, em 1892, lançou de um traço de pena a proscrição treze generais de mar e terra? e quem, senão um advogado paizano, o que por eles gratuitamente se devotou, buscando salvá-los sob a égide constitucional do *habeas corpus*?. Não foi ainda um governo militar o que, não contente com a prisão e o desterro, fulminou com a reforma arbitrária os generais e almirantes abrangidos nessa medida exterminadora? E quem, senão um advogado, civil, foi o que, mostrando, pela primeira vez entre nós, a aplicação desse recurso constitucional pleiteou e venceu, nas justiças ordinárias, em favor desses oficiais perseguidos, a causa da sua reintegração na atividade militar?

Um ano depois, quem senão um advogado civil, expôs até a sua vida, sempre desinteressadamente, aos ódios sanguinários de uma situação armada, batendo-se, para arrebatrar as violências do processo militar um dos nossos almirantes e alguns oficiais da nossa esquadra? Quem, senão esse mesmo advogado, sem bordados nem galões, abriu a campanha parlamentar e judiciária contra as restrições da anistia inversa, criada pelos rancores militares contra os militares envolvidos no movimento de 1893? Quem, anos depois, ainda, senão este obstinado jurista, para acabar com a procrastinação e os abusos da justiça militar, num processo interminável, promoveu e obteve do Congresso, em prol dos militares envolvidos no episódio de 14 de novembro, a anistia de 1905?



Esse advogado amava o direito mais do que a própria vida. Esta não conheceu jamais reticências, nem reservas, quando se tratava de o servir (...).

Era "a verdade em ebulição".

A circunstância de patrocinar pleitos que lhe chegavam de pontos diversos do território nacional, numa época de comunicações difícilíssimas, sem as comodidades do tempo em que vivemos, serve para aquilatação da presença moral de Rui Barbosa em todo o imenso Brasil. E o lutador prestante atuava com a agilidade que cada caso exigia. Era como se tivesse em mente a suplica da rainha de Castela a Afonso IV, de Portugal, que Camões registrou em *Os lusíadas*:

"... se não corres,

Pode ser que não aches quem socorres" (III - 105).

Há casos que patenteiam como a Nação sentia essa presença ruiana. Poderia, em verdade, referir a muitos deles; todavia, cifrarei a menção em dois, ambos os quais emblemáticos: um, do Rio Grande do Sul, e o outro, do Amazonas.

Passo a tratar do primeiramente aludido.

No 15 de novembro de 1889, o Dec. 1, que o próprio Rui Barbosa redigira como anotou Carlos Chiachio, ao elaborar a cronologia da vida e da obra política do grande brasileiro -, dispunha:

"Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira - a República Federativa."

A Constituição de 1891 enunciava no art. 1.º:

A nação brasileira adota como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpetua



e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brasil.

O Estatuto Político da Republica Federativa então recente, na seção epigrafada Declaração de Direitos, estabelecia que ficava mantida a instituição do júri (art. 72, § 31); e ao definir a competência privativa do Congresso Nacional nela incluía a de legislar sobre *o direito processual da justiça federal* (art. 34, inc. 23). E o § 2.º do seu art. 65, "chave mestra da federação", no dizer de João Barbalho, facultava aos Estados "em geral todo e qualquer poder, ou direito que lhes não for negado por clausula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição".

Em consequência, sobrevieram as legislações estaduais relativas ao direito processual, que não, obviamente, o da justiça federal.

No Estado do Rio Grande do Sul, o Juiz de Direito Alcides de Mendonça Lima, na qualidade de Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Grande, entendera de negar aplicabilidade a disposição da Lei Estadual 7.710 - de dezembro de 1895, por considerá-la oposta a Constituição Federal. Promoveu-se-lhe a responsabilidade penal segundo o art. 207 - prevaricação, situado no capítulo *Das malversações, abusos e omissões dos funcionários públicos*, do Título V - *Dos crimes contra a boa ordem e administração pública*, do Livro II - *Dos crimes em espécie*, do Código Penal de 1890. A Corte estadual deu diversa definição jurídica ao fato - *exceder os limites das funções próprias do emprego* - (art. 226, CP/1890), e lhe aplicou a pena de nove meses de suspensão do emprego.

Por via de revisão criminal, ao Supremo Tribunal Federal chegou a causa. Rui Barbosa apresentou oralmente a tese da Defesa, na sessão de 10 de fevereiro de 1897. A veemência do defendente não lhe obscureceu o pensamento, nem lhe tisonou a justeza de conceitos; antes, amalgamou-se com a beleza da expressão. Ao perorar, desta forma se exprimiu Rui:



A resistência do juiz da comarca do Rio Grande a essa transmutação do júri numa degenerescência indigna de tal nome surpreendeu a política daquele Estado com o imprevisto de uma força viva e independente, a consciência da magistratura difícil de submeter-se a prepotência dos governos. Com a necessidade então de acudir a obstáculo tão inesperado, improvisou-se, por ato de interpretação, nos tribunais locais, contra a magistratura, um princípio de morte, de eliminação moral, correspondente ao que, por ato legislativo, se forjara, contra o júri, no gabinete do governador. O Júri perdera absolutamente a sua independência, com o escrutínio a descoberto e a abolição da recusa peremptória: o poder não abria s um postigo sobre a consciência do jurado: aquartelara-se nela. Para fazer do magistrado uma impotência equivalente, criaram a novidade da doutrina, que inventou para o Juiz os crimes de hermenêutica, responsabilizando-o penalmente pelas rebeldias da sua consciência ao padrão oficial no entendimento dos textos.

E como que adivinhador do tempo em que se falaria sobre súmula vinculante para o juiz e se cogitaria de Lei acerca de crime de responsabilidade de magistrados, afirmou e advertiu:

Esta hipérbole do absurdo não tem linhagem conhecida: nasceu entre nos por geração espontânea. E, se passar, fará da toga a mais humilde das profissões servis, estabelecendo, para o aplicador judicial das leis, uma subalternidade constantemente ameaçada pelos oráculos da ortodoxia cortesã. Se o julgador, cuja opinião não condiga com a dos seus julgadores na análise do direito escrito, incorrer, por essa dissidência, em sanção criminal, a hierarquia judiciária, em vez de ser a garantia da justiça contra os erros individuais dos juizes, pelo sistema de recursos, ter-se-á convertido, a benefício dos interesses poderosos, em mecanismo de pressão, para substituir a consciência pessoal do magistrado, base de toda a confiança na judicatura, pela ação cominatória do terror, que dissolve o homem em escravo.

Dos casos patenteadores da disponibilidade ruibarbosiana cuidarei agora daquele do Estado do Amazonas: o *habeas corpus* em favor do seu Tribunal de Justiça, por ele impetrado ao Supremo Tribunal Federal.



De começo, cabe memorar o aspecto conceitual do instituto que Rui brandia e sustentava desde a alba do regime de que se tornara condestável. Para ele, o hábeas corpus que a Constituição de 91 consagrara não protegia apenas a liberdade de locomoção, visto que rompera a Lei Fundamental da Republica os limites que o direito monárquico caducário lhe erguia.

Em 1913 teve curso no Estado projeto de reforma constitucional que, como registrado por Jose Câmara - prefaciador e revisor do t. II do vol. XL das *Obras completas de Rui Barbosa* -, "conferia poderes quase discricionários ao Chefe do Poder Executivo quanto a nomeação de novos desembargadores e juizes de primeira instancia. Por outro lado, ficava ao nuto do governador, *ex vi* de disposição transitória introduzida, por em disponibilidade e aposentar os magistrados de primeira e segunda instancia, vedando-se, apenas, demiti-los ou removê-los".

Informa o mesmo prefaciador que o caso chegou a julgamento em 20 de agosto do ano mencionado, mas, "depois de agitada sessão", foi suspenso porque a Corte queria informações. O Governador do Estado as prestou "antes mesmo do recebimento oficial do pedido". No dia 23 do mesmo mês completou-se a judicação. O Supremo Tribunal Federal por unanimidade concedeu a ordem. Dos autos não se tem notícia; todavia, as duas orações do impetrante a Corte, nos dias 20 e 23 daquele agosto, estão preservadas e se acham publicadas no tomo referido que recebeu a prefaciação de Jose Câmara; e também no vol. IX das *Obras seletas de Rui Barbosa - Tribuna judiciária*.

Rui exordiou assim sua primeira fala:

Estava-me reservado a mim, na minha ingrata peregrinação, como romeiro de um ideal proscrito, como advogado fiel da Lei, através das ruínas deste *regimen*, cujos destroços se amontoam, e vão desaparecendo sorvidos no vasto lodaçal que ai vedes, acabar hoje, afinal requerendo a Justiça um



hábeas corpus para a Justiça, levantando aos pés do Supremo Tribunal Federal o grito de socorro e naufrágio do Tribunal Supremo de um grande Estado brasileiro, que se abisma, nesta catástrofe das nossas instituições, alongando para vós os braços, que o desespero agita.

E a primeira vez que os homens vêem desenhar-se esta cena inverossímil no terreno moral de uma nacionalidade. Ainda se não tinha visto um tribunal supremo vir impetrar a outro supremo tribunal garantias de existência contra os acessos da loucura de um governo.

Na oportunidade fez comentários exprobratórios a respeito do cumprimento de ordens anteriormente concedidas a senadores e cidadãos do mesmo Estado e exortou os juízes:

O hábeas corpus com que a Lei selou a promessa de assegurar ao cidadão o inteiro respeito a sua liberdade contra as medidas arbitrárias dos governos não passa de uma irrisão, como ate hoje sucedido, se a corte suprema do país, o areópago da justice aqui reunido, não toma sobre si o encargo de responsabilizar os birbantes graduados em cujas mãos esta o poder irresponsável, para que soubessem que a justiça e alguma cousa mais do que o instrumento de suas ambições e inconfessáveis interesses.

Ao argumentar na sessão do dia 23, Rui precisou a compreensão do hábeas corpus preventivo:

Quando o impetrante se queixa de uma coação ou violência, que o esbulhou do seu direito, e suplica no hábeas corpus um meio de reintegração no seu gozo, como o ato do tribunal importara na restituição do direito subtraído não o devera o tribunal outorgar senão depois que averigüe a alegada ofensa ao direito. Mas quando o que se alega, e, simplesmente, um risco, uma ameaça, a contingência iminente do atentado, o elemento predominante do caso esta na urgência do apelo; e, entre alternativa de ser escusada a precaução, por não ter fundamento o receio, e a emergência de se consumir o crime, por se haver denegado a precaução, os juizes não podem hesitar na escolha.

Porque, se consentirem na garantia pedida, sem que o perigo realmente exista, o mais a que se expõem, e a liberalizarem uma proteção inútil; no que não vai mal nenhum.



Mas, se recusarem a medida tutelar, em razão de não crerem no risco alegado, e a violência se verificar, entram na consumação desta com a sua cumplicidade, colaborando no atentado, que não se ultimaria, se os magistrados fossem menos avaros na outorga do resguardo preventivo.

E epilogando a oração:

É por ela [a autoridade dos Ministros] que eu estremeço neste momento, ínclitos ministros. Se alguma coisa ainda preserva este *regimen*, como a ultima fateixa de um chaveco disputado pelas vagas revoltas do abismo ao remanso da costa abrigada, são os restos da nossa crença nessa justiça imaculável, de que sois os guardas supremos.

Mas, sobre o uso que fazeis dessa autoridade salvadora, esta de vigia um tribunal, ainda mais alto do que o vosso, a magistratura das magistraturas, a justiça da consciência publica. Diante dela, se não souberdes aferrar-vos a rocha do vosso dever, carregareis, nas tempestades que aí vem, com uma responsabilidade superior as for\$as humanas. Não permita Deus, pois, que vos deixeis invadir pelo ambiente da época, e que em torno da vossa majestade ouçais murmurar, um dia, as queixas da nação, cujas derradeiras esperanças ainda vos acompanham.

A atuação do advogado iria repercutir na atividade do parlamentar. Com efeito, aos dez de setembro seguinte, Rui Barbosa trataria da matéria, no Senado Federal.

Disse então o Senador pela Bahia:

Na historia judiciária e constitucional, era, Sr. Presidente, a primeira vez que se via a justiça impetrando justiça a justiça, a justiça impetrando a justiça o direito de exercer a sua autoridade. Tamanho desconcerto, escândalo tamanho, naturalmente, Sr. Presidente, me impunha o dever iniludível de obedecer ao apelo daqueles eminentes patrícios, desempenhando para com eles uma obrigação de , natureza cívica, política e moral, ao mesmo tempo, a que nunca me subtraí, ainda mesmo se tratasse de adversários ou inimigos meus.



Com que ironia comentou as informações prestadas pelo Governador ao Tribunal Supremo! Dissera o informante que *somente* um artigo das disposições transitórias atingiria os magistrados. E Rui:

Atente-se bem a candura deste somente. Só o que se faculta ao Governador, por uma disposição transitória, e reduzir a disponibilidade ou aposentar os juizes de direito e desembargadores. Demiti-los, não pode. Mas deles se poderá descartar, fulminando-os com a disponibilidade ou a aposentadoria. *Isto só.*

E motejando prosseguiu:

Parece, senhores, que a independência de uma corporação esta salva quando a maioria dela se pode evadir ao arbítrio, a onipotência de um poder acima dela. De modo que, se, por exemplo, aqui nesta corporação, um ato soberano do Poder Executivo nos viesse dizer que dos 63 Senadores 44 ou 45 estavam seguros, mas que os outros podiam ser destituídos por um ato do Governo, a independência do Senado estava absolutamente garantida....

Os annis do Senado registram os efeitos dos ditos irônicos do Senador.

Latino Coelho, o polígrafo lusitano que traduziu do original grego *A oração da coroa*, de Demóstenes, no seu estudo da civilização da Grécia, que precede ao celebre discurso de defesa vertido para o vernáculo, apologizou a palavra, com ressaltos de ser o mais difícil dos gêneros literários a oratória parlamentar; e disse:

"De todas as artes a mais bela, a mais expressiva, a mais difícil e, sem duvida, a arte da palavra. De todas as mais se entretetece e se compõe. São as outras como ancilas e ministras; ela soberana universal."

Rui tinha realmente o domínio da palavra: quando necessário - e muita vez aconteceu, fazia-a libertaria e incisiva; talhava-a, em dado instante, iluminadora de idéias e clarificativa de propósitos; noutro



momento irônica a moldava; ou mesmo a envolvia em lirismo, como na alocação de 1914, em Campinas, cantando as andorinhas.

Certa e recerta e a intemporalidade das Lições de Rui.

Bibliografia

BARBALHO, João. *Constituição Federal brasileira: comentários* (Apresentação do Senador Mauro Benevides; introdução de Walter Costa Porto), ed. fac-similar. Brasília : Senado Federal, 1992.

BARBOSA, Rui. *Obras completas* - 1898, vol. XXV, t. IV - *Trabalhos jurídicos* (Revisão e notas de Jose Câmara). Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1948.

_____. *Obras completas* - 1913, vol. XL, t. II - *Trabalhos jurídicos* (Prefácio e revisão de José Câmara). Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1962.

_____. *Obras completas* - 1913, vol. XL, t. IV - *Discursos parlamentares - O caso da Amazonas* (Prefácio e revisão de Américo Jacobina Lacombe). Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1965.

_____. "Discurso no Instituto dos Advogados do Brasil", Estante Clássica da *Revista da Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire. Rio de Janeiro, nov., 1920.

_____. *Obras seletas*, IX. *Tribuna judiciária*. Rio de Janeiro : Casa de Rui Barbosa, 1958.

_____. *República: teoria e prática* (textos doutrinários sobre direitos humanos e políticos consagrados na Primeira Constituição Republicana. Seleção e coordenação de Hilton Rocha). Petrópolis : Vozes; Brasília : Câmara dos Deputados, 1978.



BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Brasília : Letraviva, 2000.

CAMÕES, Luis de. *Os lusíadas*. ed. comentada. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1980.

DEMÓSTENES. *A oração da coroa*. Versão de Latino Coelho precedida de um seu estudo sobre a civilização da Grécia (Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Texto fac-similado da edição de 1914). Lisboa : Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Estudos Gerais/ Serie Universitária, 1987.

FONTES DE ALENCAR. *Liberdade: teoria e lutas* (Prefácio de Josaphat Marinho). Brasília : Brasília Jurídica, 2000.

MANGABEIRA, João Rui. *O estadista da República*. 3. ed. São Paulo : Livraria Martins, 1960.

NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência (II - República)*. Porto Alegre : Livraria Sulina, 1973.

PIERANGELLI, José Henrique. *Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas*. Bauru : Jalovi, 1983.

_____. *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. Bauru : Jalovi, 1980.

